



NOSSO ESPECIAL AMIGO

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO CRISTÓVÃO COLON “EDIÇÃO PÚBLICA”

www.colon-portugues.blogspot.com

e-mail: assoc.cristovaocolon@gmail.com

Sede: Largo Cristóvão Colon, 7940-170 CUBA

2024 – MAIO (Nº 23)

NOTA DE ABERTURA

Na linha do que foi feito nos dois números anteriores do Nosso Especial Amigo – Edição Pública, divulgamos a terceira parte de um exaustivo estudo cronológico de um dos nossos Membros que coloca em confronto os documentos referentes ao tecelão genovês Cristoforo Colombo com os documentos referentes ao Almirante Don Christóval Colon.

Apoiando essa confrontação de documentos expõe, com base no livro «Colombo genovês – o tio errado» de Carlos A.C. Calado, a contestação às supostas provas da origem genovesa do Almirante Colon, elencadas no livro «Cristóvão Colombo, o Genovês, meu tio por afinidade» da autoria de Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz.

Carlos Calado

EFEMÉRIDE



No dia 20 de Maio de 1506 falecia em Valladolid o Almirante Don Christóval Colon, que na véspera fizera a ratificação do seu derradeiro testamento – Testamento e codicilo de 1506, preparado no ano anterior.

(Crédito: Jesús Varela)



Valladolid - (Crédito: Jesús Varela)

Os seus restos mortais foram depositados no já desaparecido Convento de San Francisco daquela cidade, tendo mais tarde sido transferidos para o Mosteiro de Las Cuevas, em Sevilha.



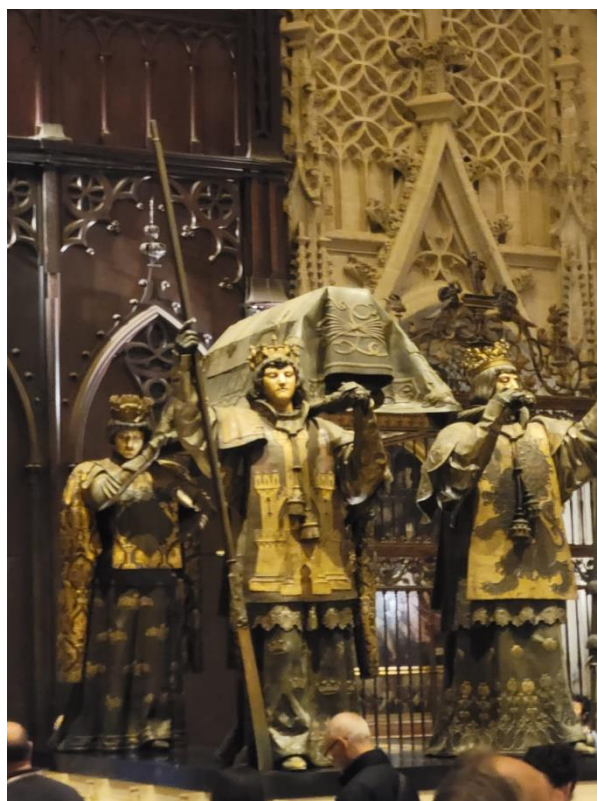
Las Cuevas - Foto: Joaquim Silva

Obedecendo ao que teria sido seu desejo, expresso no testamento de seu filho Diogo Colon Moniz, seguiram depois em 1542 para Santo Domingo, na Española, onde deveriam ter ficado para sempre. Porém, a ocupação da ilha pelos franceses em 1795 motivou a transladação dos restos mortais para a catedral de Havana, na ilha de Cuba.

Mais uma vez não foi esta a sua última morada, tendo regressado a Espanha e a Sevilha em 1898 após a independência de Cuba e a guerra Hispano-



Americana devido à intervenção dos EUA. Actualmente o seu túmulo encontra-se na catedral de Sevilha. No mausoléu foi encontrada uma caixa de chumbo com algumas ossadas, que desde há uns anos têm vindo a servir para exames comparativos de ADN.



Túmulo em Sevilla - Autor da foto: Joaquim Silva



Túmulo de Colón - Autor da foto: Walter Gameiro



Faro a Colón - Autor da foto: Epizentrum

A República Dominicana, país que cobre a parte oriental da ilha Española, reclama que os restos mortais do Almirante Colon, ou pelo menos uma parte, estão na sua posse, num gigantesco monumento em Santo Domingo – Faro a Colón.

Carlos Calado

AGENDA




**Colombo e Colon,
a Deturpação da História**

22-05-2024 | 18h
Fundação Cidade de Lisboa

Oradores:
Eng.º Carlos Alberto Calado
Coronel Carlos Paiva Neves
Tenente-Coronel João Brandão Ferreira

Fundação Cidade de Lisboa



**Conferência organizada
pela Fundação Cidade de
Lisboa, com a participação
da Direcção da Associação
Cristóvão Colon**

OPINIÃO
(Parte 3)

CONTESTAÇÃO

às supostas “119 Provas” apresentadas por Luís Filipe Thomaz no seu livro «*Cristóvão Colombo, o genovês, meu tio por afinidade*» (2021)

com base numa CRONOLOGIA apoiada no livro “*Colombo genovês - o tio errado*” de Carlos A. C. Calado (2022)

com os dados biográficos disponíveis do tecelão genovês Cristoforo Colombo, e a descrição das circunstâncias evocadas para sugerir suas hipotéticas ligações àquele que foi o Almirante D. Cristóbal Colón, e supostas ligações deste a Génova

O ALMIRANTE D. CRISTÓBAL COLÓN NÃO ERA NATURAL DE GÉNOVA!

José E. Q. Pereira da Costa - 2023

CRISTÓBAL COLÓN

versus

CRISTOFORO COLOMBO

PARTIDA PARA A 2ª VIAGEM

23 de Setembro - O Almirante D. Cristóbal Colón largou de Cádiz para a 2ª viagem ao Novo Mundo, desta vez com 17 navios e quase 1,500 homens, entre tripulantes e povoadores, só regressando à Europa passados quase três anos. Seguiu acompanhado por um outro seu irmão, identificado como D. Diego Colón, que, entretanto, chegara a Castela e que também passara a fazer parte do círculo restrito da alta nobreza.

PROVA {21}: Nesta viagem participou um Michele da Cuneo (1448-1503), amigo da família, natural de Savona, cuja presença, e até um convite para participar, seria justificada pela existência de uma dívida pendente, já de 19/8/1474, do Domenico Colombo, pai do Cristoforo Colombo, para com Corrado da Cuneo, o já falecido pai de Michele que fora comerciante de tecidos estabelecido em Savona. Michele viria a testemunhar que o Almirante era um “*navegador exímio, mas empírico, dotado de grande*

intuição náutica”, tendo também afirmado “desde que Génova é Génova, não nasceu homem tão magnânimo e agudo na arte de navegar”.

CONTESTAÇÃO: A relação prévia entre os dois – Cristoforo e Michele –, e entre as respectivas famílias, é uma suposição sem substrato documental. Decorre da escritura de uma dívida relativa à compra de um terreno, efectuada naquela data de 1474, já há quase 20 anos, pelo Domenico Colombo a um Seius, escritura descrita na já referida publicação de 1602, em Génova, da autoria dum Julius Salinerius, com a relação de actos notariais em Savona, como tal passado mais de um século. À margem da descrição dessa escritura existe uma nota manuscrita, com letra do séc. XVII, em que se diz que Seius é Corrado da Cuneo. Não sendo possível documentar a hipotética dívida do Domenico para com Corrado, dificilmente pode ser justificada a presença do seu filho Michele na 2ª viagem como forma de compensação.

Para além de que a afirmação, sobre a perícia náutica do Almirante, era unicamente uma apreciação a atestá-lo, da mesma forma que o era a referência à grandeza náutica de Génova. Também a descrita amizade entre os dois resulta da gentileza de ter sido permitido a Michele atribuir o nome a um cabo e a uma ilha por si avistados. E até o facto de Michele se referir de forma reverencial ao “Senhor Almirante” indica não exis-tir relação próxima entre eles.

4 de Outubro - A senhoria de Génova escreve aos reis de Castela e Aragão comunicando o regresso dos dois embaixadores que com eles tinham assinado um tratado de comércio em 5 de Agosto deste ano, não sendo feita qualquer alusão à naturalidade genovesa do agora grande Almirante Colón, o que, naturalmente, deveria ser grande motivo de orgulho. Nem sequer houve, em Génova, qualquer reacção, uns meses depois do regresso desses embaixadores.

3 de Novembro - Em carta dos reis de Castela e Aragão para D. João II lê-se que era do conhecimento deste que “estávamos enviando D. Cristóbal Colón” para Poente não passando para Sul das Canárias pois sabiam que na Guiné “mandava” o rei de Portugal.

Já depois da partida do Almirante para a 2ª viagem, chegou a Castela o seu irmão Bartolomé Colón que tinha sabido do regresso da 1ª viagem quando estava na corte de França, segundo Hernando Colón. Antes de partir, o Almirante deixara, para lhe ser entregue, uma carta com as indicações necessárias para Bartolomé com ele se encontrar nas Índias.

1494

Nas Antilhas, o Almirante prosseguiu a exploração de novas ilhas continuando a percorrê-las até regressar à La Española onde encontrou destruído o forte de La Navidad e todos mortos os homens que lá deixara. Não obstante, foi nesta ilha iniciada a primeira ocupação territorial efectiva com colonos, no Novo Mundo, e a Castela o Almirante enviou uma pessoa da sua confiança, com informações escassas e erróneas.

Fevereiro - Entregou ao irmão D. Diego Colón as funções de governador de La Española e prosseguiu a exploração pelas Antilhas.

7 de Março - Chegada a Cádiz de parte da frota que tinha partido para a 2ª viagem.

19 de Março - Só nesta data se voltou a ter conhecimento da circulação de cartas, na Europa, com referência ao Novo Mundo, agora com os primeiros relatos da recente chegada de navios. No caso, uma carta de Cádiz para a duquesa de Mântua, em que o Almirante é referido como “Colonbo savonês”. O epigrama laudatório, de 29/4/1493, que adulterara o seu nome, produzia efeitos, assim como produzia efeitos a naturalidade ligure do Almirante que, logo no mês seguinte, fora apontada por Pietro Martire d’Anghiera.

No espaço de um ano, Cristóbal Colón era transformado num Colombo de Savona.

14 de Abril - Os reis de Castela e Aragão disponibilizam três navios a D. Bartolomé Colón, assim também nobiliarquicamente identificado como acontecera com os irmãos, para a eles se ir juntar nas Antilhas. Por lá se quedaria durante mais de seis anos.

7 de Junho - Na Europa, na sequência da contestação portuguesa às pretensões de Castela, resultantes da 1ª viagem de Cristóbal Colón, era assinado o Tratado de Tordesilhas, em pleno pico de tensão entre os dois reinos, sendo nos seus termos divididas, por ambas as coroas, as terras “descobertas e por descobrir” fora da Europa.

11 de Junho - E toma-se nota de mais uma carta, agora de Ferrara, para a duquesa de Mântua, com mais notícias dos “descobrimientos”, em que o nome atribuído ao Almirante é “Columbo”.

Junho - Nas Antilhas, este iniciava a exploração da ilha de Cuba, pela sua costa Sul. E, sem a ter contornado, obrigou a tripulação a jurar por escrito que a mesma fazia parte de um continente. Colón não facultava nenhum mapa aos pilotos dos vários navios e obrigava-os a seguirem-no, acabando todos por ficar sem noção precisa da dimensão das terras descobertas. O ambiente entre as muito diferentes personalidades da grande “delegação” chefiada por Colón começava a degradar-se com os problemas a acumularem-se e uma revolta a instalar-se.

Junho/Julho - Com a chegada de D. Bartolomé Colón à La Española, os descontentes começaram a ser reprimidos.

Mas à corte chegavam denúncias sobre as mentiras do Almirante e os problemas existentes, acabando por ser exigido o seu regresso face às escassas e erradas informações prestadas.

Setembro - Colón ignorou a ordem real e, em vez de si próprio, enviou o irmão D. Diego Colón o qual nada sabia de cartografia ou cosmografia.

30 de Setembro - Em Génova, o Domenico Colombo, tecelão de panos de lã, pai do **Cristoforo Colombo**, surge como testemunha num acto notarial. Estando ainda vivo, não se conhece ter recebido alguma carta do filho, o suposto “descobridor” do Novo Mundo”, após a grande proeza por si protagonizada.

PROVA {93}: Pietro Martire d’Anghiera, em cartas enviadas de Barcelona, chamou ao Almirante “ligure”, por duas vezes, e “genovês”, por uma vez, e isto muito antes de, pelo ano de 1497, Giovanni Colombo primo direito do Cristoforo Colombo, trazer para Castela a informação do verdadeiro nome do Almirante e da sua naturalidade genovesa.

CONTESTAÇÃO: Desde Março/Abril de 1493, se propagava o boato da naturalidade genovesa do Almirante acompanhado pela informação deturpada sobre o seu nome, pelo que, quando Pietro Martire escreveu essas três cartas, em latim, já a desinformação estava em curso. No entanto, em qualquer das três, sempre se lhe referiu como “da sua Ligúria natal”, onde se localiza Génova, e nunca especificamente como genovês. Assim foi, nas suas cartas de - 13/9/1493, para Granada, mencionada na Prova {61},

- noutra, da mesma data, para Roma, para o cardeal Ascanio Sforza, em que se lhe referiu como “um certo Christophorus Colonus, lígure”, e

- numa de 20/10/1494, para Giovanni Borromeo, a quem já tinha escrito em 14/5/1493, para Arona, novamente se lhe referindo como “da Ligúria”.

E sempre lhe chamou “Colonus”, e nunca a deturpação “Columbo”, fosse nestas referidas três cartas, fosse naquela de 14/5/1493 para Giovanni Borromeo, ou fosse ainda em qualquer das cartas de

- 1/10/1493, para o arcebispo de Braga,

- 1/11/1493, para o cardeal Ascanio Sforza,

- 7/12/1494 e 1/1/1495(?), para o seu mestre Pomponio Leto, ou

- 15/8/1495, para o cardeal Bernardino de Carvajal.

PROVA {99}: Também o erudito carmelita Battista Spagnoli (1448-1516) exorta os cristãos à cruzada contra os turcos, acenando-lhes com o exemplo de Castela que acabara de conquistar Granada: Pondera bem o que não oferecem uma armada conduzida ... sob o comando do genovês Colombo.

CONTESTAÇÃO: Era o resultado da deturpação do nome do Almirante e do boato sobre a sua naturalidade genovesa.

1495

Janeiro - O Almirante escreve uma carta aos reis de Castela e Aragão em que refere ter estado, como “corsário, capitão de navio”, ao serviço de René d’Anjou, rei de Aragão, provavelmente no decurso da guerra civil de Aragão (1468-1472).

PROVA {82-A}: Diego Colón, que seria o nome assumido em Castela pelo Giacomo Colombo, hesitava entre manter-se com o seu irmão ao serviço de Castela ou “regressar a Itália”, e os reis deram instruções ao bispo de Badajoz, por carta de 1 de Junho, para que o deixassem partir ou ficar, conforme decidisse.

CONTESTAÇÃO: Mas, pela leitura desta carta, D. Diego, que regressara do Novo Mundo no ano anterior, não tinha manifestado essa hesitação. Nela, os reis expressavam uni-camente que fosse dada liberdade a D. Diego para fazer o que quisesse, uma vez que, face aos acontecimentos em Itália, ele já não tinha o propósito de ir lá, o que é diferen-te de dizer “ir para lá” ou “regressar”. De facto, decorria em Itália uma guerra da França, ajudada por Milão, contra o Sacro Império Romano, Castela e a chamada Liga de Veneza.

Conforme viria a constar do testamento do Almirante, em que lhe foi deixada uma determinada importância por “D. Diego ser da Igreja”, este seu irmão mais novo pretendia então tornar-se membro da Igreja e obter uma posição eclesiástica de relevo, e daí ser um assunto a tratar com o bispo de Badajoz. Era um objectivo em linha com o que era norma nas famílias nobres – o primogénito herdava, o filho segundo seguia a car-reira militar e o seguinte obtinha posição na hierarquia do clero. E era natural que D. Diego, embora tivesse pedido autorização para se deslocar a Itália, possivelmente a Roma, também tivesse abandonado esse propósito, face à situação que lá se vivia.

Agosto - D. Diego Colón acabou por voltar para o Novo Mundo de onde partira em Setembro do ano anterior e, desta vez, lá permaneceria durante mais de cinco anos.

PROVA {76}: Com data de 15 de Outubro, Michele da Cuneo envia um relato resumido da 2ª viagem, e com data de 28 de Outubro, outro mais completo, em cartas escritas, de Savona, ao nobre genovês Gerolamo Annari, grande amigo do Bartolomeo Colombo de quem ele insistentemente pedira notícias.

CONTESTAÇÃO: Michele terá regressado a Castela em Abril. Os originais manuscritos das cartas não existem, mas existe uma cópia manuscrita, datada de 1511 cuja autenticidade foi questionada devido à diversidade de estilos. Está conservada na Universidade de Bolonha e só seria divulgada em 1885. Pertencendo Annari à nobreza, suscita algumas dúvidas a verdade da sua relação de amizade com o tecelão Bartolomeo Colombo cujo nome é mencionado por duas vezes, mas sem apelido, para além de que nem uma única vez é escrito um nome atribuído ao Almirante ...

PROVA {77}: O título “Sobre as novidades das ilhas do Oceano Hesperico descobertas por D. Cristóvão Colombo genovês”, dado ao relato de Michele da Cuneo.

CONTESTAÇÃO: O pretensioso título pode não ser mais que um destaque inserido pelo editor da publicação dessa cópia. De facto, relativamente ao Cristoforo Colombo, abundam situações de originais desaparecidos.

PROVA {95}: Naquelas cartas de Michele da Cuneo, o Almirante é chamado de genovês.

CONTESTAÇÃO: Para além de já ter passado a ser corrente apelidar o Almirante de genovês, também conforme descrito relativamente à Prova {21}, não existe substrato documental sobre a relação entre Michele e o Cristoforo Colombo.

PROVA {79}: Os “espanhóis”, governados pelo Almirante e pelo seu irmão Bartolomé, embora fossem “sujeitíssimos aos seus naturais senhores”, eram “menos humildes e pacientes para com eles, por ambos serem estrangeiros”.

CONTESTAÇÃO: O facto de os três irmãos, que então se encontravam em La Española, serem estrangeiros não significa que fossem genoveses.

25 de Outubro - Falecimento do rei D. João II e subida ao trono D. Manuel, em Portugal.

1496

Março - O Almirante decide regressar a Castela com duas caravelas. Nomeou o irmão D. Bartolomé Colón como governador e o irmão D. Diego Colón como seu ajudante.

8 de Junho - Tendo, mais uma vez, tomado a rota dos Açores, dirigiu-se depois para as costas do Alentejo tendo chegado à vista de Odemira.

CHEGADA DA 2ª VIAGEM

11 de Junho - De regresso à Europa, no final da sua 2ª viagem às Antilhas, Colón chegou a Cádiz, sem ouro nem outras riquezas. Nada tinha encontrado e o que trazia era apenas o resultante de trocas que fizera com os nativos.

23 de Junho - Propagando o boato, este regresso voltou a ser noticiado, mas como se, desta vez, “por aquilo que se diz”, o Almirante tivesse trazido “boa quantidade de ouro”. Conhece-se uma carta, desta data, desde Almazán, em Castela, para Milão, do chanceler do embaixador do duque de Milão, e ainda um grupo de avisos escritos, entre 23 de Junho e 9 de Julho, de Milão para Ferrara. Na primeira, é “Colombo” o nome que se lhe atribui, enquanto nos segundos o nome passou a “Collono”.

PROVA {23}: Andrés Bernáldez (1450-1513), que exerceu a função de “cura de Los Palacios” junto a Sevilha, albergou o Almirante em sua casa após o regresso desta 2ª viagem, e afirma, no seu manuscrito *“Historia de los Reyes Católicos don Fernando y doña Isabel”*, que na formação daquele a quem chamavam Cristóbal Colón, é possível que tenha influído a actividade de comerciante de livros impressos que poderia ter exercido na Andaluzia, nos seus primeiros tempos em Castela. Referiu tratar-se de um homem de Génova, *“de grande inteligência, que, embora sem grande instrução, era muito hábil na arte da cosmografia e na divisão do mundo”*.

CONTESTAÇÃO: *Os primeiros tempos em Castela do futuro Almirante (1484/1485) tinham decorrido, possivelmente, mais de 20 anos antes da descrição feita por este au-tor na sua obra. E, ao descrever, com grande falta de rigor, os acontecimentos relativos à partida para a 1ª viagem, permite pôr em causa o conhecimento que teria sobre os anos anteriores e sobre a origem do Almirante. Por exemplo, refere - uma opinião favorável dada pela Junta de Sábios castelhana aos reis de Castela e Aragão, quando a Junta logo recusou o projecto, - a partida em Setembro quando ocorreu a 3 de Agosto, ou - ainda, ter a frota ido às ilhas de Cabo Verde quando se tratou das ilhas Canárias. Já circulando o boato sobre a origem genovesa do Almirante, mais uma vez, se tratava de repetir o que vinha sendo repetido.*

PROVA {72}: A designação “Espanola” aparecera no Diário da 1ª viagem como atribuída pelo Almirante à grande ilha das Antilhas, nome este que Pietro Martire d’Anghiera já entretanto latinizara para “Hispaniola”. No entanto, seria com a forma “Spagnola” (no dialecto italiano) que o Almirante ainda se lhe referiu numa sua anotação aposta na *“História Natural”* de Plínio, o Antigo.

CONTESTAÇÃO: *Pelo seu teor, esta apostilha terá sido escrita após a chegada da 2ª viagem, numa fase em que já era favorável ao Almirante o boato que circulava sobre as suas origens italianas. No entanto, a palavra em questão – “spagnola” – aparenta que as suas letras “s” e “g” tinham sido retocadas transformando a grafia original. Até porque, num outro documento autógrafo, o Almirante utilizou a grafia “española” para se referir à mesma ilha, o mesmo ainda fazendo com a grafia “la española”, no esboço gráfico da sua autoria, da costa noroeste da ilha.*

Tratar-se-ia de uma das suas duas únicas tentativas para redigir algumas palavras em italiano. De facto, umas outras poucas palavras em italiano unicamente viriam a ser encontradas no “Livro das Profecias”, iniciado em 1502, quando o Almirante aguardava partir para a sua 4ª viagem, e concluído em 1505, com a ajuda do frade italiano Gas-par de Gorrício, monge em Sevilha, no mosteiro de Santa Maria de las Cuevas. Neste livro, escrito em castelhano, em que se detectam quatro caligrafias distintas, é, de facto, com a caligrafia do Almirante que surgem as 26 palavras em italiano da profecia nº 203, mas estando escritas na mesma página de um salmo pela mão do frei Gaspar, permite assumir ter a profecia sido escrita sob supervisão deste ou copiada de um seu texto.

Em todos os textos autógrafos existentes do Almirante, seja nas quase 2.600 anotações deixadas em margens de livros, em dezenas de cartas inclusive para destinatários italianos, em várias instruções para subordinados, em largas dezenas de salmos e citações no “Livro das Profecias”, etc., etc., nada mais se encontra escrito em italiano, o que é surpreendente em alguém que fosse natural de Génova.

PROVA {73}: Não há razão para ver em “Hispaniola” um diminutivo de Hispânia, propositadamente escolhido para aludir ao conjunto da península Ibérica e assim, ao evitar uma conotação específica com Espanha (Castela, Aragão, ...), daí poder resultar o indício de que o Almirante seria português.

CONTESTAÇÃO: Não sendo o Almirante natural de Castela, existe, de facto, a possibilidade de ser natural de Portugal.

As missivas pessoais e as impressões da carta de Colón a partir de Lisboa, em Março de 1493, para Luis de Santángel e Gabriel Sánchez, circularam, a partir desse ano, em diversas cidades italianas. Porém, embora, também logo nesse ano, Pietro Martire d’Anghiera tivesse associado o Almirante à Ligúria e, no ano seguinte, tivesse sido apelidado de savonês, nunca a cidade de Génova foi mencionada, no decurso destes três anos.

*Não pode deixar de se registar o silêncio e o alheamento de Génova, face ao protagonismo do seu alegado cidadão **Cristoforo Colombo** na importante façanha da “descoberta das Índias”.*

*A identidade do Almirante mantinha-se desconhecida e, continuando a correr notícias da sua ligação familiar a Génova, disso tentariam tirar partido três irmãos, primos do tecelão genovês **Cristoforo Colombo**, filhos dum irmão do seu pai Domenico Colombo.*

PROVA {88}: Tendo chegado a Génova, as novas do sucesso das viagens e do prestígio alcançado pelo Almirante, esses primos, Giovanni, Matteo e Amighetto Colombo, decidem enviar um deles a Castela – o Giovanni Colombo – para encontrar o primo enriquecido Almirante D. Cristóbal Colón, com o intuito de dele obterem o pagamento de hipotéticas dívidas que o seu pai Domenico Colombo, entretanto falecido, teria deixado. E comprometem-se, por escritura notarial de 11 de Outubro, a partilhar as despesas da viagem e os fundos que Giovanni recuperasse.

CONTESTAÇÃO: Deste Giovanni há registo de, em 1460, então com 14 anos de idade, ter sido colocado como aprendiz de alfaiate, em Génova, sendo seus irmãos aprendizes de tecelão. Entre a data desta escritura entre os irmãos (11/10/1496) e a partida do Almirante para a 3ª viagem (30/05/1498) teria decorrido cerca de um ano e meio, tempo que teria sido suficiente para que o Giovanni, que estaria agora com uns 50 anos de idade, encontrasse o seu “primo”, recuperasse o que lhe era devido e voltasse para Génova. Porém, nada mais se soube.

Não obstante as alusões a uma hipotética origem genovesa, o duque de Medina Sidonia não deixaria de tentar que o filho primogénito do Almirante, D. Diogo Colón, casasse com uma sua filha. Porém, o rei D. Fernando viria a opor-se, e D. Diogo casaria mais tarde, já em 1508, com uma prima do próprio rei.

Outubro - No final do mês, o Almirante foi recebido, em Burgos, pelos reis de Castela e Aragão, a quem conseguiu tranquilizar mais uma vez.

O Papa tinha acabado de outorgar a D. Fernando e a D. Isabel o título de Reis Católicos.

1497

23 de Abril - Em Burgos, a pedido do Almirante, foi-lhe concedida autorização real para instituir o seu morgadio – a instituição dos direitos sobre a sua herança –, cuja escritura notarial seria efectuada a 22/2/1498 e novamente em 1/4/1502, embora ambas vindo a desaparecer.

8 de Julho - Com a partida, da armada de Vasco da Gama, do Restelo, o Almirante elaborou um memorial que ficou conhecido como “de la Mejorada”, nome do mosteiro onde ele se encontrava, através do qual deixou ásperas críticas ao rei D. Manuel por, supostamente, não estar a cumprir o acordado no Tratado de Tordesilhas.

PROVA {83}: Embora seja impossível determinar o que, no “Memorial de la Mejorada”, é da lavra do Almirante e o que pertence ao redactor final, a posição por si assumida é incompatível com a possibilidade de, sendo português, ter actuado como agente de D. João II.

CONTESTAÇÃO: Já tendo o rei português falecido havia dois anos, pertencia ao passado qualquer que pudesse ter sido a relação de D. João II com o Almirante. Este, ao demonstrar antagonismo em relação às iniciativas do rei D. Manuel, procurava manter os seus direitos pessoais. Também, conforme referido a propósito da Prova {73}, existe, de facto, a possibilidade de o Almirante ser natural de Portugal.

4 de Outubro - Ocorreu o falecimento do príncipe D. Juan, aos 19 anos de idade. Os filhos do Almirante D. Diogo Colón, de 17 anos de idade, e D. Hernando Colón, de nove anos, pajens do príncipe, tornar-se-ão pajens da rainha D. Isabel, em Fevereiro do ano seguinte.

Neste ano, os Reis Católicos concederam a D. Bartolomé Colón, que se mantinha nas Antilhas, o cargo de Adelantado, cujo título terá sido entregue, em mão, ao irmão Almirante.

1498

PROVA {81}: Os Reis Católicos retardavam a autorização para a partida da 3ª viagem, em vivo contraste com o que acontecera, em 1493, antes da 2ª viagem, quando os soberanos tinham instado o Almirante a acelerar a sua partida. E, em consequência, segundo Bartolomé de las Casas, Colón suplicava-lhes que enviassem, a Sevilha, pessoas que não se lhe opusessem nem impedissem a negociação, queixando-se da atitude contrária do contador das armadas, por ele ser um estrangeiro invejado.

CONTESTAÇÃO: O Almirante desconfiava que, por não ser castelhano, o contador incitava más vontades contra si, de tal forma que o chegou a agredir à partida para a viagem.

PROVA {84}: No dia 22 de Fevereiro, uma semana antes de ter conseguido autorização para a 3ª viagem, o Almirante terá redigido a carta de morgadio – o instrumento público da sua criação. Trata-se do único documento conhecido por si redigido em que refere, de forma clara e explícita, a sua origem genovesa. No entanto, tendo desaparecido o documento definitivo e oficial, só nos chegou cópia feita sobre o que parece ter sido uma minuta ou versão prévia não corrigida da carta de morgadio.

CONTESTAÇÃO: Esta cópia seria apresentada, em 1583, passados 85 anos, por um Baldassare Colombo de Cuccaro Monferrato, pretense descendente legítimo do Almirante, nos chamados “Pleitos Sucessórios” que então decorriam – o litígio entre a descendência do Almirante, para habilitação à sua herança. Mas a escritura desta instituição de morgadio deveria ser constituída pela autorização real, pela carta de morgadio (escrita e assinada pelo Almirante) e pela autenticação notarial. Estranhamente, desapareceu o original do documento que viria a ser autenticado no acto da sua confirmação pelos Reis Católicos, em 28/09/1501. Mas também desapareceu a respectiva matriz que teria ficado registada no notário. Porém, fora salva esta estranha minuta ou versão prévia em rascunho, para que dela se pudessem vir a fazer cópias, antes de também ela desaparecer. Estas cópias são hoje consideradas contrafacções por pretenderem reproduzir o documento verdadeiro revelando alíneas que foram acrescentadas de forma a induzir uma origem genovesa do Almirante, nela se detectando, para além disso, conteúdo muitíssimo duvidoso, como por exem-plo:

- descreve vários factos historicamente errados,
- a data é numérica (em todos os documentos oficiais o ano está sempre por extenso) e, além disso, está rasurada (o “4” de 1498 escrito sobre um “5”), e
- surge assinada com a enigmática sigla usada desde 1493, seguida de “**el almirante**”, mas com a sigla deturpada e rasurada, quando a confirmação real de 28/9/1501 refere que o documento está “assinado com o vosso nome”, pelo que dele deveria constar a rubrica “**XpõFerens**”.

As assinaturas do Almirante em todos os documentos conhecidos e considerados autógrafos são:

- “sigla + **XpõFerens**”,
- só “XpõFerens”, e
- “sigla + **el almirante**” (só até 1500).

O facto de esta cópia estar escrita em papel, quando no documento de confirmação real é referido estar escrito em pergaminho, comprova ser uma contrafacção do documento visto, aprovado e confirmado pelos reis.

Do seu conteúdo consta ainda que os Reis Católicos tinham concedido ao Almirante a oitava parte das terras por si “descobertas” no Novo Mundo, o que igualmente não pode ser aceite, uma vez que tal não tinha constado das “Capitulações de Santa Fé” de 1492. O que constou era a oitava parte dos lucros da expedição, como contrapartida por o Almirante se responsabilizar pela oitava parte dos respectivos custos. Como tal, esta minuta, datada de 22/2/1498, terá de ser uma contrafacção do verdadeiro documento confirmado pelos Reis Católicos, em 28/9/1501. Todas estas circunstâncias, que impedem a consideração da sua validade, são acentuadas pelo facto de sobre as suas costas estar escrito, alegadamente com a letra do Almirante, que a mesma não é válida e que foi substituída por uma escritura por ele próprio feita em 1/4/1502. Em suma, sobre esta minuta impendem todas as dúvidas e incongruências.

(continua)